

UNIVERSITÄTSBIBLIOTHEK UND KUPFERSTICHKABINETT DER AKADEMIE DER BILDENDEN KUNSTEN, WIEN



Acima, *Chineses da real plantação de chá em Santa Cruz*, desenho de Thomas Ender, c. 1818; ao lado, *Ângelo Agostini satiriza, na segunda metade do século XIX, propostas para a substituição de escravos por trabalhadores chineses*

ra a Coroa. Como os salários pagos aos chineses incidiam no preço de venda final do produto, a baixa produção, quase artesanal, não era suficiente para garantir o investimento. Analisando-se o caso pela perspectiva de hoje, é possível supor que a iniciativa de d. João VI tenha fracassado por falta de planejamento inicial, evidenciado pela desigualdade na concorrência com o café, cuja produção, para exporta-

ção, já ocorria em ampla escala, consolidando-o como o "produto-rei" da economia agrária brasileira, como afirmou a professora Maria Yedda Linhares.

O hábito de tomar chá, no entanto, persistiu. O pioneiro da venda do produto no Rio de Janeiro foi o comerciante José Praxedes Pereira Pacheco, que fundou a Loja da China "à Rua da Candelária, 18, defronte da Igreja", conforme nos informa o *Almanak Laemmert*, de 1845. Segundo a propaganda, o estabelecimento tinha "o mais completo e variado sortimento de chá verde e preto, e também chá nacional das províncias de S. Paulo e Minas". Não encontramos registros sobre o plantio do chá em Minas, mas, em São Paulo, o produto começou a ser cultivado a partir de 1833, pelo marechal José Arouche de Toledo Rendon.

Se os planos de d. João não deram certo, serviram pelo menos de "teste" para estimular a entrada de trabalhadores estrangeiros livres no Brasil. A partir daí, e pelo restante do século XIX e século XX, mais chineses iriam criar raízes no solo brasileiro. Em 15 de agosto de 1900 foi oficializada a entrada de 107 imigrantes chineses no país, radicados, em sua maioria, na cidade de São Paulo e um pouco menos no

